

---

Legislação Consolidada

**Portaria n.º 629/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

---

Ato da Série I

**Lei n.º 61/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da povoação da Madalena, no município de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, à categoria de vila

---

Ato da Série I

**Lei n.º 62/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da povoação de Tavadede, no município da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, à categoria de vila

---

Ato da Série I

**Lei n.º 63/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da povoação de Lordelo, no município de Vila Real, distrito de Vila Real, à categoria de vila

---

Ato da Série I

**Lei n.º 67/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da vila de São Pedro do Sul, no município de São Pedro do Sul, distrito de Viseu, à categoria de cidade

---

Ato da Série I

**Lei n.º 69/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da vila da Senhora da Hora, no município de Matosinhos, distrito do Porto, à categoria de cidade

---

Ato da Série I

**Lei n.º 65/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da povoação de Valongo do Vouga, no município de Águeda, distrito de Aveiro, à categoria de vila

---

Ato da Série I

**Lei n.º 68/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da vila de Samora Correia, no município de Benavente, distrito de Santarém, à categoria de cidade

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 846/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Altera os Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), aprovados pela Portaria n.º 355/2007, de 30 de Março

---

Ato da Série I

**Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores

---

Ato da Série I

**Lei n.º 72/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Introduz um regime transitório de majoração do incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida previsto no Decreto-Lei n.º 292-A/2000, de 15 de Novembro

---

---

Ato da Série I

**Lei n.º 66/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da vila de Valença, no município de Valença, distrito de Viana do Castelo, à categoria de cidade

---

Ato da Série I

**Lei n.º 64/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da povoação de Montelavar, no município de Sintra, distrito de Lisboa, à categoria de vila

---

Ato da Série I

**Lei n.º 60/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar

---

Ato da Série I

**Lei n.º 71/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica

---

Ato da Série I

**Lei n.º 70/2009 - Diário da República n.º 151/2009, Série I de 2009-08-06**

Assembleia da República

Elevação da vila de Borba, no município de Borba, distrito de Évora, à categoria de cidade

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 - Diário da República n.º 151/2009, 1º Suplemento, Série I de 2009-08-06**

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 624/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça associativa da Herdade do Azinhal um prédio rústico denominado «Rebaldia», sito na freguesia de Torre de Coelheiros, município de Évora (processo n.º 5001-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 623/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Concessiona, pelo período de 12 anos, à Associação de Caçadores e Pescadores da Costa de Prata a zona de caça associativa de Moinho das Marés, englobando vários prédios rústicos sitos na freguesia de Alqueidão, município da Figueira da Foz (processo n.º 5251-AFN)

---

Ato da Série I

**Aviso n.º 27/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público ter, por notificação de 10 de Outubro de 2006, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificado ter a República da Lituânia modificado a sua autoridade, em conformidade com o artigo 45.º, referente à Convenção sobre os Aspectos Cívicos do Rapto Internacional de Crianças, adoptada na Haia em 25 de Outubro de 1980

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 615/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Renova, por um período de seis anos, a concessão da zona de caça associativa da Herdade de Adães e outras, abrangendo vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Degolados e São João Batista, município de Campo Maior (processo n.º 782-AFN)

---

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 614/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça municipal de Castelo de Vide vários prédios rústicos sítios na freguesia de Santiago Maior, município de Castelo de Vide (processo n.º 4572-AFN)

---

Ato da Série I

**Aviso n.º 29/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público ter, por notificação de 20 de Agosto de 2007, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificado ter a República Portuguesa modificado a sua autoridade central, em conformidade com o artigo 42.º, referente à Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, adoptada na Haia em 18 de Março de 1970

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 613/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça turística de Aracelis vários prédios rústicos sítios na freguesia de Alcaria Ruiva, município de Mértola (processo n.º 2234-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 612/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Altera a Portaria n.º 409/2008, de 9 de Junho, que renova, por um período de seis anos, a zona de caça municipal de Geraz do Lima, bem como a transferência de gestão, englobando os terrenos cinegéticos sítios nas freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria), Geraz do Lima (Santa Leocádia), Moreira Geraz do Lima e Portela de Susã, município de Viana do Castelo (processo n.º 2709-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 626/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça associativa de Múrias vários prédios rústicos sítios nas freguesias de Múrias e Torre de Dona Chama, município de Mirandela (processo n.º 4418-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 625/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça associativa da Aldeia de Palheiros vários prédios rústicos sítios na freguesia e município de Ourique (processo n.º 3935-AFN)

---

Ato da Série I

**Decreto-Lei n.º 137/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 616/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Exclui da zona de caça municipal de Odemira vários prédios rústicos (processo n.º 4528-AFN), anexa à zona de caça associativa da Herdade da Ataboeira e outras vários prédios rústicos (processo n.º 4056-AFN), concessionaria, pelo período de 12 anos, ao Clube de Caça e Pesca do Castelão a zona de caça associativa das Quintas, englobando vários prédios rústicos (processo n.º 5210-AFN), e concessionaria, pelo período de 12 anos, a Pedro Santos Agudo Matos Água a zona de caça turística da Herdade do Sol Posto e outras, englobando vários prédios rústicos (processo n.º 5211-AFN), todos na freguesia de São Luís, município de Odemira

---

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 627/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça associativa de Casas Novas de Mares vários prédios rústicos sítos na freguesia de Corval, município de Reguengos de Monsaraz (processo n.º 4484-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 622/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Altera o Regulamento das Taxas, Montantes, Regimes de Cobrança e Distribuição, aprovado pela Portaria n.º 984/2008, de 2 de Setembro

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 621/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Transfere para a Herdeiros de João Rodrigues Ferreira Palma a concessão da zona de caça turística do Monte Gato e anexas, situada nas freguesias de Almodôvar e Santa Cruz, município de Almodôvar (processo n.º 1693-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 620/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça municipal de Monte da Pedra vários prédios rústicos sítos na freguesia do Monte da Pedra, município do Crato (processo n.º 3948-AFN)

---

Ato da Série I

**Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/M - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Regula o concurso para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 619/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Altera o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização de Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de Junho

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 618/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Extingue a zona de caça associativa do Monte Pereiral (processo n.º 3225-AFN) e concessionaria, pelo período de seis anos, a Celeste Maria Manso Vilela Pires a zona de caça turística do Pereiral, englobando vários prédios rústicos sítos na freguesia de Monforte da Beira, município de Castelo Branco (processo n.º 5243-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 617/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Anexa à zona de caça associativa Os Gaiteiros vários prédios rústicos sítos na freguesia de Assunção, município de Arronches (processo n.º 2244-AFN)

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 629/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Define os condicionalismos a que fica sujeita a pesca de bivalves com gancho na zona ocidental norte e revoga a Portaria n.º 740/2006, de 31 de Julho

---

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 628/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Extingue a zona de caça municipal de Vilarinho, São Salvador do Campo e São Mamede de Negreiros (processo n.º 3454-AFN), concessionada pelo período de 12 anos ao Clube de Caçadores de Lordelo a zona de caça associativa de São Mamede (processo n.º 5221-AFN), englobando vários prédios rústicos sítos nas freguesias de São Salvador do Campo, São Mamede de Negreiros e Roriz, município de Santo Tirso, concessionada pelo período de 12 anos ao Clube de Caçadores de Vilarinho a zona de caça associativa de Vilarinho, englobando vários prédios rústicos sítos nas freguesias de São Salvador do Campo e Vilarinho, no mesmo município (processo n.º 5222-AFN), e revoga a Portaria n.º 1151/2003, de 2 de Outubro

---

Ato da Série I

**Aviso n.º 28/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público ter, por notificação de 28 de Agosto de 2007, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos comunicado ter a República Portuguesa, em 13 de Agosto de 2007, modificado a sua autoridade, em conformidade com o artigo 48.º, referente à Convenção Relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, adoptada na Haia em 29 de Maio de 1993

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 630/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Estabelece as condições de emissão da licença internacional de condução prevista na Convenção Internacional sobre Trânsito Rodoviário

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 611/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Determina que as despesas que resultem de outros encargos, além dos técnicos e administrativos, decorrentes da prossecução das atribuições do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), sejam suportadas em partes iguais pelas entidades que o integram

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 610/2009 - Diário da República n.º 110/2009, Série I de 2009-06-08**

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna

Regulamenta o sistema informático que permite a tramitação desmaterializada dos procedimentos administrativos previstos no regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 1017/2010 - Diário da República n.º 194/2010, Série I de 2010-10-06**

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o modelo de afixação de publicidade dos contratos de auxílio financeiro

---

Ato da Série I

**Aviso n.º 98/2016 - Diário da República n.º 166/2016, Série I de 2016-08-30**

Negócios Estrangeiros

O Reino da Bélgica levanta uma objecção à adesão da República do Tadjiquistão à Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, adotada na Haia, a 5 de outubro de 1961

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2019 - Diário da República n.º 36/2019, Série I de 2019-02-20**

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os membros do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017 - Diário da República n.º 11/2017, Série I de 2017-01-16**

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os membros do conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2013 - Diário da República n.º 33/2013, Série I de 2013-02-15**

Supremo Tribunal de Justiça

Instaurado processo de contra-ordenação laboral em data anterior à entrada em vigor da Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro, à contagem do prazo de impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa que, já na vigência deste último diploma, aplique uma coima, é aplicável o novo regime nele introduzido pelo número 1 do seu artigo 6.º, correndo o prazo de forma contínua, não se suspendendo por isso aos sábados, domingos e feriados

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2019 - Diário da República n.º 53/2019, Série I de 2019-03-15**

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os membros do conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 119/2015 - Diário da República n.º 84/2015, Série I de 2015-04-30**

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas inseridas na massa de água Sistema Aquífero de Sines - Zona Norte

---

Ato da Série I

**Declaração de Rectificação n.º 71-A/2009 - Diário da República n.º 192/2009, 1º Suplemento, Série I de 2009-10-02**

Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico

Rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de Agosto, que aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo, publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 151, de 6 de Agosto de 2009

---

Ato da Série I

**Aviso n.º 20/2012 - Diário da República n.º 80/2012, Série I de 2012-04-23**

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que o Secretário-Geral do Conselho da União Europeia comunicou uma cópia da declaração da Representação Permanente do Reino dos Países Baixos e/ou à Parte Caraíbia dos Países Baixos e à situação desses acordos na sequência das alterações introduzidas na organização interna do Reino dos Países Baixos pelo facto de as Antilhas Neerlandesas terem deixado de ser parte constitutiva do Reino dos Países Baixos

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2017 - Diário da República n.º 174/2017, Série I de 2017-09-08**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia dois novos vice-governadores e dois novos administradores do Banco de Portugal

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2017 - Diário da República n.º 91/2017, Série I de 2017-05-11**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Decreto-Lei n.º 95/2010 - Diário da República n.º 146/2010, Série I de 2010-07-29**

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Redefine a área de jurisdição da APS - Administração do Porto de Sines, S. A., define os bens imóveis a permutar entre o Estado e o Município de Sines e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6/2010 - Diário da República n.º 184/2010, Série I de 2010-09-21**

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência no sentido de a competência territorial para o conhecimento de pedidos de anulação ou de nulidade de actos administrativos e de adopção de providências cautelares a eles respeitantes, formulados por dois requerentes - um com sede no estrangeiro e outro com sede em Portugal - , cabe ao tribunal da residência ou sede do autor em Portugal, ou ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, cabendo aos autores essa escolha

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2013 - Diário da República n.º 93/2013, Série I de 2013-05-15**

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A condição de sócio gerente de uma sociedade comercial, sem direito a qualquer remuneração, de um trabalhador por conta de outrem, cujo contrato de trabalho cessou, não obsta à caracterização da respetiva situação como de desemprego, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de Abril, e 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, respetivamente

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07**

Supremo Tribunal de Justiça

A condenação em pena de prisão suspensa na sua execução integra o conceito de pena não privativa da liberdade referido no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto, com a redacção dada pela Lei n.º 114/2009, de 22 de Setembro

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2015 - Diário da República n.º 202/2015, Série I de 2015-10-15**

Supremo Tribunal de Justiça

«É aplicável às contra-ordenações ambientais a atenuação especial nos termos do artigo 72.º do Código Penal, ex vi do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto e 32.º do RGCO»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18**

Supremo Tribunal Administrativo

Na ação administrativa de oposição à aquisição de nacionalidade portuguesa, a propor ao abrigo do disposto nos arts. 09.º, alínea a) e 10.º da Lei n.º 37/81, de 03 de outubro [Lei da Nacionalidade] na redação que lhe foi introduzida pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, cabe ao Ministério Público o ónus de prova dos fundamentos da inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94 - Diário da República n.º 226/1994, Série I-B de 1994-09-29**

Presidência do Conselho de Ministros

Ratifica o Plano Director Municipal de Lisboa Nota: Por lapso, a partir da página 5943, o número do Diário não está correctamente identificado. Deveria ser DR n.º 226

---

Ato da Série I

**Acórdão do Tribunal de Contas n.º 1/2009 - Diário da República n.º 115/2009, Série I de 2009-06-17**

Tribunal de Contas

Fixa jurisprudência no sentido de que a contracção de empréstimos a médio e longo prazo pelos municípios para aplicação em investimentos pressupõe a demonstração de que os mesmos têm capacidade de endividamento para o efeito, como resulta do disposto no n.º 6 do artigo 38.º da Lei das Finanças Locais. A referida capacidade de endividamento é calculada com base nos critérios estabelecidos nos artigos 36.º, 37.º, n.º 1, e 39.º, n.º 2, da mesma Lei, com referência à data da contracção dos empréstimos. A falta de demonstração dessa capacidade de endividamento constitui fundamento de recusa de visto aos contratos

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2016 - Diário da República n.º 2/2016, Série I de 2016-01-05**

Supremo Tribunal de Justiça

O prazo de 30 dias previsto no art 328.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, na redacção anterior à Lei n.º 27/2015, de 14 de Abril, é inaplicável nas fases processuais em que, após a deliberação do tribunal sobre as questões da culpabilidade e da determinação da sanção, seguida ao encerramento da fase de discussão, seja verificada a necessidade de repetição de prova registada no decurso dessa anterior fase de discussão por haver deficiência no registo efectuado mantendo-se, portanto, a eficácia da prova

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2018 - Diário da República n.º 133/2018, Série I de 2018-07-12**

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os membros do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO), E. P. E.

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04**

Supremo Tribunal de Justiça

Fixar jurisprudência no sentido de que «Após a publicação da sentença proferida em 1.ª Instância, que absolveu o arguido da prática de um crime semipúblico, o ofendido não pode constituir-se assistente, para efeitos de interpor recurso dessa decisão, tendo em vista o disposto no artigo 68.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redacção vigente antes da entrada em vigor da Lei n.º 130/2015, de 04.09»

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 15/2009 - Diário da República n.º 227/2009, Série I de 2009-11-23**

Supremo Tribunal de Justiça

A aplicação do n.º 5 do artigo 50.º do Código Penal, na redacção da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, a condenado em pena de suspensão da execução da prisão, por sentença transitada em julgado antes da entrada em vigor daquele diploma legal, opera-se através de reabertura da audiência, a requerimento do condenado, nos termos do artigo 371.º-A do Código de Processo Penal

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2013 - Diário da República n.º 219/2013, Série I de 2013-11-12**

Supremo Tribunal de Justiça

Da conjugação das normas do artigo 400.º, alíneas e) e f), e artigo 432.º, n.º 1, alínea c), ambos do CPP, na redacção da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça de acórdão da Relação que, revogando a suspensão da execução da pena decidida em 1.ª instância, aplica ao arguido pena não superior a 5 anos de prisão

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2017 - Diário da República n.º 120/2017, Série I de 2017-06-23**

Supremo Tribunal de Justiça

«A competência para conhecer do recurso interposto de acórdão do tribunal do júri ou do tribunal coletivo que, em situação de concurso de crimes, tenha aplicado uma pena conjunta superior a cinco anos de prisão, visando apenas o reexame da matéria de direito, pertence ao Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 432.º, n.º 1, alínea c), e n.º 2, do CPP, competindo-lhe também, no âmbito do mesmo recurso, apreciar as questões relativas às penas parcelares englobadas naquela pena, superiores, iguais ou inferiores àquela medida, se impugnadas.»

---

Ato da Série I

**Decreto-Lei n.º 141/2014 - Diário da República n.º 181/2014, Série I de 2014-09-19**

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série I de 2016-09-30**

Supremo Tribunal Administrativo

Na ação administrativa de oposição à aquisição de nacionalidade portuguesa, a propor ao abrigo do disposto nos artigos 9.º, alínea a), e 10.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro [Lei da Nacionalidade] na redação que lhe foi introduzida pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, cabe ao Ministério Público o ónus de prova dos fundamentos da inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional

---



---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2017 - Diário da República n.º 62/2017, Série I de 2017-03-28**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2015 - Diário da República n.º 85/2015, Série I de 2015-05-04**

Supremo Tribunal de Justiça

«Nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e no artigo 3.º n.º 3 do DL n.º 164/99, de 13 de Maio, a prestação a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário.»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2015 - Diário da República n.º 95/2015, Série I de 2015-05-18**

Supremo Tribunal Administrativo

Para efeitos de caducidade da isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) que decorre da conjugação das normas contidas nos arts. 7º e 11º nº 5 do CIMT (isenção pela aquisição de prédios para revenda), não importa se o imóvel adquirido é ou não revendido no preciso estado em que foi adquirido; o que importa é que não haja uma metamorfose ou alteração substancial do bem que foi adquirido para revenda. Pelo que se o imóvel adquirido é constituído por um terreno com um edifício habitacional já em construção ou remodelação segundo determinado projecto aprovado (seja em tosco, seja em adiantada fase de construção/remodelação), a expressão para revenda não exige que o imóvel seja alienado tal como existia no momento da aquisição, admitindo, antes, a possibilidade de realização pelo adquirente de todas as obras necessárias à ultimatezação dessa construção, por forma a acabá-lo, licenciá-lo para o referido destino, constituir a propriedade horizontal e alienar as respectivas fracções autónomas

---

Ato da Série I

**Lei n.º 41/2008 - Diário da República n.º 156/2008, Série I de 2008-08-13**

Assembleia da República

Grandes Opções do Plano para 2009

---

Ato da Série I

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2017 - Diário da República n.º 91/2017, Série I de 2017-05-11**

Presidência do Conselho de Ministros

Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, E. P. E.

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2014 - Diário da República n.º 183/2014, Série I de 2014-09-23**

Supremo Tribunal de Justiça

«A nulidade prevista no artigo 363.º do Código de Processo Penal deve ser arguida perante o tribunal da 1.ª instância, em requerimento autónomo, no prazo geral de 10 dias, a contar da data da sessão da audiência em que tiver ocorrido a omissão da documentação ou a deficiente documentação das declarações orais, acrescido do período de tempo que mediar entre o requerimento da cópia da gravação, acompanhado do necessário suporte técnico, e a efectiva satisfação desse pedido pelo funcionário, nos termos do n.º 3 do artigo 101.º do mesmo diploma, sob pena de dever considerar-se sanada»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2016 - Diário da República n.º 112/2016, Série I de 2016-06-14**

Supremo Tribunal de Justiça

«As alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012 de 25 de Junho ao Código do Trabalho, que determinaram a redução do valor do trabalho suplementar e suspenderam pelo período de 2 anos a vigência da cláusula 40.ª do CCTV do setor dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 9 de 8/03/1980, com as sucessivas alterações, não se repercutem no valor mensal atribuído à retribuição prevista na Cláusula 74.ª n.º 7 do mesmo CCTV, não determinando a sua redução em função do valor atribuído ao trabalho suplementar»

---

Ato da Série I

**Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A - Diário da República n.º 61/2016, Série I de 2016-03-29**

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)

---

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2016 - Diário da República n.º 25/2016, Série I de 2016-02-05**

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: a mera possibilidade de uma determinada norma vir a ser considerada inconstitucional no processo principal não é necessariamente de molde a fundar o preenchimento do requisito do fumus boni juris, na sua formulação negativa, tal como consta da alínea b) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2009 - Diário da República n.º 86/2009, Série I de 2009-05-05**

Supremo Tribunal de Justiça

No contrato de mútuo oneroso liquidável em prestações, o vencimento imediato destas ao abrigo de cláusula de redacção conforme ao artigo 781.º do Código Civil não implica a obrigação de pagamento dos juros remuneratórios nelas incorporados

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2013 - Diário da República n.º 4/2013, Série I de 2013-01-07**

Supremo Tribunal de Justiça

Em processo penal decorrente de crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, p. e p. no artº 107º nº 1, do R.G.I.T., é admissível, de harmonia com o artº 71.º, do C.P.P., a dedução de pedido de indemnização civil tendo por objecto o montante das contribuições legalmente devidas por trabalhadores e membros dos órgãos sociais das entidades empregadoras, que por estas tenha sido deduzido do valor das remunerações, e não tenha sido entregue, total ou parcialmente, às instituições de segurança social

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2013 - Diário da República n.º 200/2013, Série I de 2013-10-16**

Supremo Tribunal de Justiça

Transitado em julgado o despacho que ordena o cumprimento da pena de prisão em consequência do não pagamento da multa por que aquela foi substituída, nos termos do artigo 43.º n.os 1 e 2, do Código Penal, é irrelevante o pagamento posterior da multa por forma a evitar o cumprimento daquela pena de prisão, por não ser caso de aplicação do preceituado no n.º 2, do artigo 49.º, do Código Penal

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2010 - Diário da República n.º 132/2010, Série I de 2010-07-09**

Supremo Tribunal de Justiça

A retribuição mensal prevista no n.º 7 da cláusula 74.ª do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e a FSTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 1980, e no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1982, tendo como base mínima de cálculo o valor equivalente a duas horas extraordinárias, é devida em relação a todos os dias do mês do calendário

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2015 - Diário da República n.º 212/2015, Série I de 2015-10-29**

Supremo Tribunal de Justiça

«No cálculo das retribuições de férias e de subsídio de férias do tripulante de cabina deve atender-se à média das quantias auferidas pelo mesmo, a título de prestação retributiva especial a que alude a cláusula 5.ª do Regulamento de Remunerações, Reformas e Garantias Sociais, nos doze meses que antecedem aquele em que é devido o seu pagamento, desde que, nesse período, o tripulante tenha auferido tal prestação em, pelo menos, onze meses»

---

Ato da Série I

**Decreto-Lei n.º 151/2017 - Diário da República n.º 235/2017, Série I de 2017-12-07**

Planeamento e das Infraestruturas

Altera o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo a Diretiva 2016/1106/UE

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2014 - Diário da República n.º 112/2014, Série I de 2014-06-12**

Supremo Tribunal de Justiça

Em processo sumário é irrecorrível o despacho de reenvio para outra forma de processo

---

Ato da Série I

**Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2009 - Diário da República n.º 115/2009, Série I de 2009-06-17**

Tribunal Constitucional

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, na parte em que submete ao regime do crime de desobediência qualificada quem conduzir veículos automóveis estando proibido de o fazer por força da aplicação da pena acessória prevista no artigo 69.º do Código Penal, constante de sentença criminal transitada em julgado, por violação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2010 - Diário da República n.º 36/2010, Série I de 2010-02-22**

Supremo Tribunal de Justiça

Fora dos casos previstos no artigo 688.º do Código de Processo Civil (na redacção anterior ao Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Setembro), apresentado requerimento de interposição de recurso de decisão do relator, que não seja de mero expediente, este deverá admiti-lo como requerimento para a conferência prevista no artigo 700.º, n.º 3, daquele Código

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2014 - Diário da República n.º 129/2014, Série I de 2014-07-08**

Supremo Tribunal de Justiça

No caso de morte do condutor de veículo em acidente de viação causado por culpa exclusiva do mesmo, as pessoas referidas no n.º 2 do artigo 496.º do Código Civil não têm direito, no âmbito do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, a qualquer compensação por danos não patrimoniais decorrentes daquela morte

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2013 - Diário da República n.º 44/2013, Série I de 2013-03-04**

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: O conceito de «instalação», para efeitos dos benefícios a que se reporta o n.º 1 do art. 20º, do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, reporta-se à aquisição de prédios (ou de fracções autónomas) para construção de empreendimentos turísticos, depois de devidamente licenciadas as respectivas operações urbanísticas, visando beneficiar as empresas que se dedicam à actividade de promoção/criação dos mesmos e não os adquirentes de fracções autónomas em empreendimentos construídos/instalados em regime de propriedade plural, uma vez que esta tem a ver com a «exploração» e não com a «instalação»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2018 - Diário da República n.º 35/2018, Série I de 2018-02-19**

Supremo Tribunal de Justiça

«O documento que seja oferecido à execução ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, alínea, c), do Código de Processo Civil de 1961 (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro), e que comporte o reconhecimento da obrigação de restituir uma quantia pecuniária resultante de mútuo nulo por falta de forma legal goza de executibilidade, no que toca ao capital mutuado»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2016 - Diário da República n.º 15/2016, Série I de 2016-01-22**

Supremo Tribunal de Justiça

A falta de pagamento do cheque, apresentado dentro do prazo previsto no art. 29.º da LUC, pelo banco sacado, com fundamento em ordem de revogação do sacador, não constitui, por si só, causa adequada a produzir dano ao portador, equivalente ao montante do título, quando a conta sacada não esteja suficientemente provisionada, competindo ao portador do cheque o ónus da prova de todos os pressupostos do art. 483.º do CC, para ter direito de indemnização com aquele fundamento

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2017 - Diário da República n.º 72/2017, Série I de 2017-04-11**

Supremo Tribunal de Justiça

A partir do encerramento do inquérito com dedução de acusação, o arguido, até ao termo dos prazos referidos no n.º 8 do artigo 188.º do Código de Processo Penal, tem o direito de examinar todo o conteúdo dos suportes técnicos referentes a conversações ou comunicações escutadas e de obter, à sua custa, cópia das partes que pretenda transcrever para juntar ao processo, mesmo das que já tiverem sido transcritas, desde que a transcrição destas se mostre justificada

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2015 - Diário da República n.º 106/2015, Série I de 2015-06-02**

Supremo Tribunal de Justiça

«A omissão de entrega total ou parcial, à administração tributária de prestação tributária de valor superior a EUR 7.500 relativa a quantias derivadas do Imposto sobre o Valor Acrescentado em relação às quais haja obrigação de liquidação, e que tenham sido liquidadas, só integra o tipo legal do crime de abuso de confiança fiscal, previsto no artigo 105 n.º 1 e 2 do RGIT, se o agente as tiver, efectivamente, recebido»

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2009 - Diário da República n.º 150/2009, Série I de 2009-08-05**

Supremo Tribunal de Justiça

A obrigação de prestação de alimentos a menor, assegurada pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, em substituição do devedor, nos termos previstos nos artigos 1.º da Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e 2.º e 4.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, só nasce com a decisão que julgue o incidente de incumprimento do devedor originário e a respectiva exigibilidade só ocorre no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal, não abrangendo quaisquer prestações anteriores

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2017 - Diário da República n.º 129/2017, Série I de 2017-07-06**

Supremo Tribunal de Justiça

«O membro sobrevivente da união de facto tem direito a pensão de sobrevivência, por morte do companheiro, beneficiário do sector bancário, mesmo que o regime especial de segurança social aplicável, constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, para que remete a Lei n.º 7/2001, não preveja a atribuição desse direito»

---

Ato da Série I

**Portaria n.º 345/2016 - Diário da República n.º 250/2016, Série I de 2016-12-30**

Administração Interna

Define e regula o sistema de Gestão de Transporte de Armas, Munições e Explosivos (SIGESTAME)

---

Ato da Série I

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17**

Supremo Tribunal de Justiça

«A parte dispensada do pagamento prévio da taxa de justiça devida pelo pedido de indemnização civil que, na vigência do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26.02, tenha sido deduzido no processo penal e que se encontrar pendente à data da entrada em vigor da Lei n.º 7/2012, de 13.02, deve, independentemente de condenação em custas, ser notificada, a final, para proceder, no prazo de dez dias, ao pagamento da taxa de justiça, nos termos do artigo 15.º, número 2, do referido Regulamento, na redacção dada pela citada Lei n.º 7/2012, de 13.02, aplicável por força do disposto no artigo 8.º, número 1, deste diploma»